



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Classe trabalhadora e mundo do trabalho

Capitalismo, trabalho e precarização no brasil contemporâneo

Renan Silva Gomes¹

Resumo: O presente artigo analisa as transformações do trabalho no capitalismo brasileiro contemporâneo, tomando como eixo a reestruturação produtiva, o avanço neoliberal e a precarização das relações laborais. Discute-se a nova morfologia do trabalho no Brasil, marcada pela flexibilização, terceirização, informalidade e uberização da força de trabalho. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético. Argumenta-se que as contrarreformas implementadas após 2016 e os impactos da pandemia da Covid-19 aprofundaram processos históricos de desigualdade social.

Palavras-chave: trabalho; capitalismo; precarização; classe trabalhadora.

Capitalism, labor and precarization in contemporary Brazil

Abstract: This article analyzes the transformations of labor in contemporary Brazilian capitalism, focusing on productive restructuring, the advance of neoliberalism, and the precarization of labor relations. It discusses the new morphology of labor in Brazil, marked by labor flexibilization, outsourcing, informality, and the uberization of the workforce. Methodologically, this study is based on bibliographic research, using a qualitative approach grounded in historical-dialectical materialism. It argues that the counter-reforms implemented after 2016 and the impacts of the Covid-19 pandemic deepened historical processes of social inequality.

Keywords: labor; capitalism; precarization; working class.

Introdução

As transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas configuram um dos principais elementos para a compreensão da sociabilidade capitalista contemporânea. O avanço da reestruturação produtiva, associado à financeirização da economia e à expansão do neoliberalismo, alterou profundamente as formas de organização da produção e das relações sociais de trabalho, produzindo novas modalidades de exploração da força de trabalho e intensificando processos históricos de desigualdade social.

No Brasil, tais mudanças assumem particularidades próprias de uma formação social marcada pela dependência econômica, pelo legado escravista e pela desigualdade estrutural. A consolidação do neoliberalismo, especialmente a partir da década de 1990,

¹ Assistente Social graduado pela UFF-Niterói; mestrando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (PEPGPS/UFF). Email: renansilvagomes@id.uff.br.

impulsionou um conjunto de reformas econômicas, políticas e trabalhistas que aprofundaram a flexibilização do trabalho, a informalidade e a precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

Conforme aponta Ricardo Antunes (2018), a dinâmica contemporânea do capital conforma uma nova morfologia do trabalho, marcada pela ampliação do proletariado de serviços, pelo crescimento do trabalho informal e pela fragmentação das relações trabalhistas. Tal processo expressa não apenas mudanças técnicas e produtivas, mas uma reorganização estrutural do capitalismo voltada à ampliação das taxas de acumulação e ao aumento da exploração sobre os trabalhadores.

Entretanto, compreender a precarização do trabalho no Brasil exige considerar que as relações de exploração capitalista são atravessadas pelas determinações de raça e gênero. A herança colonial e escravista brasileira conformou uma divisão racial e sexual do trabalho que historicamente destinou à população negra, principalmente às mulheres negras, os espaços mais precarizados da produção e da reprodução social. Ademais, sem descartar as contrarreformas e políticas de controle fiscal e retirada de direitos.

Partindo dessas considerações, o presente artigo busca discutir as transformações do trabalho no capitalismo brasileiro contemporâneo, tomando como referência a contribuição teórica de Ricardo Antunes (2018) acerca da nova morfologia da classe trabalhadora. Busca-se compreender como a reestruturação produtiva, o avanço neoliberal e a financeirização da economia aprofundaram processos históricos de precarização, informalização e superexploração da força de trabalho, sobretudo sobre a população negra.

1. Reestruturação produtiva e superexploração

As mudanças ocorridas no capitalismo a partir da segunda metade do século XX produziram profundas alterações nas formas de organização da produção e do trabalho. A crise estrutural do capital, intensificada na década de 1970, marcou o esgotamento do padrão fordista-keynesiano e impulsionou a emergência de novas estratégias de acumulação voltadas à recuperação das taxas de lucro (Antunes, 2018).

Segundo David Harvey (1992), a crise do fordismo possibilitou a consolidação de um regime de acumulação flexível, caracterizado pela flexibilização dos processos produtivos, pela intensificação da mobilidade do capital e pela reorganização das

relações de trabalho. Tal dinâmica articulou-se ao avanço do neoliberalismo, conformando um modelo econômico sustentado pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações e pela redução da intervenção estatal nas políticas sociais.

No contexto brasileiro, esse processo ganhou força principalmente a partir da década de 1990, quando o país passou a incorporar de maneira mais intensa os pressupostos neoliberais e as novas formas de organização produtiva do capitalismo globalizado. Conforme destaca Antunes (2018), a reestruturação produtiva no Brasil esteve associada à introdução de modelos inspirados no Toyotismo e na acumulação flexível, alterando significativamente a composição da classe trabalhadora.

novas formas de organização social do trabalho, novos métodos denominados “participativos”, cujas principais causas foram resultado: 1) das imposições das empresas transnacionais que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões produtivos, em maior ou menor medida inspirados no toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação; 2) da necessidade de as empresas brasileiras se adequarem à nova fase marcada por forte “competitividade internacional”; 3) da reorganização efetivada pelas empresas brasileiras que tiveram de responder ao avanço das lutas sindicais e das formas de confronto realizadas pelo “novo sindicalismo”, a partir das históricas greves da região industrial do ABC e da cidade de São Paulo, em 1978 (Antunes. 2018, p. 134).

A ampliação da terceirização, da informalidade e das formas flexíveis de contratação conformou um cenário de intensificação da exploração da força de trabalho. A busca pela competitividade internacional e pela ampliação das taxas de lucro impulsionou formas cada vez mais precarizadas de inserção laboral, marcadas pela instabilidade, insegurança e redução de direitos sociais.

Nesse sentido, a reestruturação produtiva não representa apenas uma mudança técnica ou organizacional, mas um movimento histórico do capital voltado à ampliação da exploração da força de trabalho. Tal processo evidencia a permanência das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, cuja lógica de acumulação depende da intensificação permanente da exploração dos trabalhadores.

A consolidação do neoliberalismo no Brasil aprofundou tendências históricas próprias da formação social brasileira, marcada pela dependência econômica e pela desigualdade estrutural. Conforme analisa Ruy Mauro Marini (2005), o capitalismo dependente latino-americano organiza-se a partir da superexploração da força de trabalho, mecanismo fundamental para compensar as condições de subordinação econômica dos países periféricos diante do capitalismo central.

A categoria da superexploração permite compreender como a acumulação capitalista no Brasil se sustenta historicamente na intensificação da exploração dos trabalhadores, por meio de baixos salários, jornadas exaustivas e precarização das condições de trabalho.

Não estamos afirmando que a superexploração da força de trabalho é regra geral em todo território capitalista, estamos dizendo que essa lógica abre a possibilidade da existência de um processo de violação de valor da força de trabalho em dada formação econômico-social marcada pelo colonialismo, escravismo, patriarcado e dependência como a brasileira (Costa, 2019, p.86).

A partir da década de 1990, o país incorporou de maneira mais intensa as diretrizes neoliberais, implementando privatizações, flexibilizações trabalhistas e abertura econômica ao capital internacional. Conforme destaca Antunes (2018), esse processo alterou profundamente a estrutura produtiva nacional, fortalecendo a financeirização da economia e ampliando a precarização das relações laborais.

Segundo Iamamoto (2010), a financeirização do capital intensifica as expressões da questão social², produzindo novas formas de desigualdade, desemprego e pauperização. A flexibilização dos direitos trabalhistas, o crescimento da terceirização e a expansão do trabalho informal conformaram um cenário de insegurança social permanente.

A uberização do trabalho expressa de forma contundente essa nova configuração das relações laborais. Conforme analisa Abílio (2020), as plataformas digitais intensificam formas de controle e exploração sobre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que ocultam os vínculos empregatícios sob a lógica da autonomia e do empreendedorismo.

Desse modo, a reestruturação produtiva e o avanço neoliberal produziram uma reorganização estrutural do trabalho no Brasil, aprofundando processos históricos de desigualdade social e ampliando a exploração sobre a classe trabalhadora.

²A questão social é entendida como o conjunto das expressões das desigualdades forjadas na sociedade capitalista. Ela é considerada indissociável do processo de acumulação capitalista e das configurações assumidas pelo trabalho, sendo o "anverso" do desenvolvimento das forças produtivas. Sua gênese reside no caráter coletivo da produção em contraste com a apropriação privada do trabalho e de seus ganhos (Iamamoto, 2001).

2. Capitalismo dependente e marcadores da opressão na dinâmica do trabalho

Compreender as transformações do trabalho no capitalismo brasileiro exige reconhecer que a exploração da força de trabalho ocorre de forma profundamente desigual. A formação social brasileira, estruturada sobre mais de três séculos de escravidão, conformou uma divisão racial do trabalho que permanece incidindo sobre as condições de vida da população negra.

Segundo Clóvis Moura (1983), o escravismo constituiu elemento central para a formação do capitalismo brasileiro, produzindo hierarquias raciais que atravessam a organização da sociedade até a contemporaneidade. O racismo, nessa perspectiva, não representa um fenômeno secundário, mas um mecanismo estrutural³ da reprodução capitalista no Brasil.

Ao discutir a relação entre raça, gênero e trabalho, Lélia Gonzalez (1984) demonstra que as mulheres negras ocupam posição central nessa dinâmica contraditória. Historicamente associadas ao trabalho doméstico, ao cuidado e às atividades de baixa remuneração, as mulheres negras vivenciam simultaneamente os efeitos do racismo, do patriarcado e da exploração capitalista.

No capitalismo contemporâneo, essas desigualdades se atualizam por meio da expansão do trabalho informal, da terceirização e da uberização. A crescente flexibilização das relações trabalhistas atinge de forma particular a população negra, que permanece concentrada nos setores mais vulneráveis do mercado de trabalho.

A expansão do trabalho por aplicativos tornou ainda mais evidente essa realidade. Entregadores, motoristas e trabalhadores informais passaram a constituir parcela significativa da força de trabalho urbana, submetidos a jornadas exaustivas, ausência de direitos e remunerações instáveis.

Dessa forma, compreender a nova morfologia do trabalho no capitalismo brasileiro implica reconhecer que a precarização contemporânea atualiza desigualdades historicamente produzidas pela articulação entre capitalismo, racismo e patriarcado.

³ Para o autor Dennis de Oliveira (2021), o conceito de racismo estrutural é compreendido a partir de uma perspectiva histórico-crítica, sendo definido como uma forma de gerenciamento político para as dinâmicas de produção e consumo do capitalismo. O autor aponta que: “em todos esses países, de maioria não branca, o critério racial teve uma funcionalidade no sentido de sustentar clivagens sociais. Por isso, diante de tal situação, a contrarreforma neoliberal se expressou em duas vertentes políticas: uma de criar mecanismos de administração das tensões sociais por meio da aplicação das chamadas políticas compensatórias e outra de intensificar as estruturas de violência institucional, apontando para o extermínio da população não branca” (Ibidem, p. 29).

Ianni denota que “a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social” (2004, p. 110). Tal afirmativa nos remete aos atravessamentos sociais expressos pelas condicionantes de classe, raça e gênero, que impactam na dinâmica de vida dos sujeitos sociais.

No que se refere ao mercado de trabalho e à distribuição de renda, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2021 evidenciam a permanência das desigualdades raciais na sociedade brasileira. Apenas 14,6% das pessoas ocupando cargos gerenciais de maior renda eram pretas ou pardas, enquanto 84,4% eram brancas. Além disso, o rendimento médio domiciliar per capita da população preta e parda correspondia a R\$ 956 e R\$ 945, respectivamente, ao passo que entre a população branca esse valor alcançava R\$ 1.866, praticamente o dobro da renda da população negra. Esses dados revelam que a inserção da população negra no mercado de trabalho permanece marcada pela concentração em ocupações mais precarizadas, informais e de baixa remuneração, evidenciando a permanência histórica da divisão racial do trabalho no Brasil. No contexto contemporâneo, marcado pela flexibilização das relações trabalhistas, pela terceirização e pela expansão do trabalho plataformizado, tais desigualdades tendem a se aprofundar. A nova morfologia do trabalho, sustentada pela lógica neoliberal e pela intensificação da exploração da força laboral, amplia processos de insegurança social e vulnerabilidade econômica, atingindo de forma particularmente severa trabalhadores negros e periféricos. Assim, a precarização do trabalho no capitalismo brasileiro contemporâneo não pode ser compreendida dissociada das determinações raciais que estruturam historicamente o acesso ao emprego, à renda e aos direitos sociais, e os elementos que pavimentam a formação sócio-histórica brasileira.

3. Contrarreformas, pandemia e precarização do trabalho no brasil contemporâneo

Após o golpe parlamentar de 2016, que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o Brasil passou a vivenciar um aprofundamento das políticas neoliberais e da retirada de direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora. O governo de Michel Temer consolidou uma agenda ultraliberal voltada à intensificação da austeridade fiscal, da flexibilização das relações de trabalho e do desmonte das políticas públicas, em consonância com os interesses do capital financeiro e das frações

empresariais dominantes.

Um marco significativo no que tange às relações trabalhistas no Brasil contemporâneo encontra-se justamente na aprovação da Reforma Trabalhista de 2017 e da Emenda Constitucional n.º 95, conhecida como PEC do Teto dos Gastos. Sob o discurso da modernização econômica e da geração de empregos, tais medidas aprofundaram a flexibilização das relações de trabalho, ampliaram modalidades precárias de contratação, fortaleceram o trabalho intermitente e fragilizaram a organização sindical. Conforme analisa Ricardo Antunes (2018), essas transformações integram o processo de constituição de uma nova morfologia do trabalho, marcada pela ampliação da informalidade, da terceirização e da superexploração da força de trabalho.

Ao congelar os investimentos públicos em áreas fundamentais como saúde, educação e assistência social por vinte anos, a PEC do Teto dos Gastos aprofundou as desigualdades sociais e fragilizou ainda mais as condições de vida da população trabalhadora. Conforme Behring (2008), as políticas de austeridade operam como mecanismos de recomposição das taxas de acumulação capitalista, transferindo para a classe trabalhadora os custos das crises do capital.

A pandemia da Covid-19 encontrou o Brasil imerso nesse cenário de crise estrutural, marcado pelo aumento do desemprego, pelo retorno do país ao mapa da fome, pelas privatizações e pelo avanço das contrarreformas, durante a gestão de Jair Bolsonaro. A crise sanitária não inaugurou novas contradições, mas aprofundou processos já em curso no capitalismo brasileiro contemporâneo, ampliando a precarização das relações de trabalho e a vulnerabilidade social da classe trabalhadora.

Nesse contexto, a expansão do trabalho informal, da uberização e das plataformas digitais consolidou formas laborais marcadas pela ausência de proteção social, pela instabilidade da renda e pela intensificação da exploração. A crescente plataformização do trabalho transferiu para os próprios trabalhadores os custos da reprodução da força de trabalho, fortalecendo relações marcadas pela insegurança permanente e pela ausência de direitos trabalhistas.

Conforme destaca Abílio (2020), a uberização representa uma nova racionalidade do trabalho, baseada na disponibilidade contínua da força laboral e na responsabilização individual dos trabalhadores diante da crise social. Sob a lógica neoliberal, o desemprego e a precarização deixam de ser compreendidos como expressões estruturais do

capitalismo e passam a ser tratados como problemas individuais.

A pandemia explicitou de maneira contundente essa desigualdade estrutural. A primeira vítima da Covid-19 no estado do Rio de Janeiro foi uma mulher negra, empregada doméstica, contaminada pelos padrões após viagem internacional. O episódio tornou evidente a permanência histórica da divisão racial do trabalho e a desumanização das relações laborais no capitalismo brasileiro. A herança escravista conformou uma divisão racial do trabalho que historicamente destina à população negra os espaços mais precarizados da produção e da reprodução social.

Ao mesmo tempo em que milhões de trabalhadores enfrentavam desemprego, fome e insegurança social durante a pandemia, parcelas da burguesia ampliavam seus níveis de acumulação. Tal cenário explicita aquilo que Trotsky (1977) denominou desenvolvimento desigual e combinado, no qual coexistem formas extremas de riqueza e pauperização no interior da sociabilidade capitalista.

Nesse sentido, a pandemia revelou de maneira contundente os limites de uma sociedade organizada sob a lógica da mercantilização da vida. Conforme Polanyi (2000) descreve em sua teoria do Moinho Satânico, o capitalismo transforma não apenas o trabalho, mas os próprios elementos da vida social em mercadorias submetidas à lógica do mercado. No Brasil contemporâneo, tal dinâmica manifesta-se na naturalização da precarização, na expansão do trabalho uberizado e no crescimento de relações laborais cada vez mais degradantes, incluindo situações análogas à escravidão.

4. Considerações finais

As transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas evidenciam o aprofundamento das contradições inerentes ao capitalismo contemporâneo. A reestruturação produtiva, o avanço do neoliberalismo e a financeirização da economia produziram novas formas de exploração da força de trabalho, marcadas pela flexibilização das relações trabalhistas, pela expansão da informalidade e pela intensificação da precarização social. No Brasil, tais processos assumem contornos particulares devido à constituição histórica de uma formação social marcada pela dependência econômica, pelo legado escravista e pelas desigualdades estruturadas a partir de raça, classe e gênero.

Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar que a precarização do trabalho não constitui um fenômeno recente ou conjuntural, mas parte integrante da dinâmica de acumulação capitalista no Brasil. As contrarreformas implementadas após o golpe parlamentar de 2016 aprofundaram a retirada de direitos sociais e trabalhistas, consolidando um projeto político orientado pelos interesses do capital financeiro e pela ampliação da superexploração da classe trabalhadora. A Reforma Trabalhista e a PEC do Teto dos Gastos expressam, nesse sentido, mecanismos de reorganização do capitalismo brasileiro sustentados pela flexibilização do trabalho e pelo desmonte das políticas públicas.

A pandemia da Covid-19 explicitou e intensificou essas contradições, evidenciando os limites de uma sociabilidade fundada na mercantilização da vida e na naturalização da desigualdade social. O crescimento do desemprego, da fome, da informalidade e da uberização revelou a ampliação da vulnerabilidade social da classe trabalhadora, sobretudo da população negra e periférica. Assim, a crise sanitária tornou visível aquilo que já estruturava historicamente o mercado de trabalho brasileiro: a permanência de uma divisão racial do trabalho que destina à população negra os espaços mais precarizados da produção e da reprodução social.

Nesse contexto, as mulheres negras ocupam posição central na compreensão das desigualdades contemporâneas. Historicamente inseridas em atividades marcadas pela desvalorização, pelo cuidado e pelo trabalho doméstico, essas mulheres vivenciam de forma simultânea os efeitos do racismo estrutural, do patriarcado e da exploração capitalista. Dessa maneira, compreender a nova morfologia do trabalho no Brasil exige reconhecer que classe, raça e gênero constituem dimensões indissociáveis da dinâmica de exploração do capitalismo contemporâneo.

Por fim, conclui-se que as atuais conformações do trabalho no Brasil expressam não apenas mudanças econômicas e produtivas, mas o aprofundamento de um projeto societário baseado na retirada de direitos, na ampliação da desigualdade social e na intensificação da exploração da força de trabalho. Diante disso, torna-se fundamental fortalecer as formas coletivas de organização e resistência da classe trabalhadora, articulando a luta por direitos sociais à construção de estratégias de enfrentamento ao racismo, ao patriarcado e às múltiplas expressões da precarização do trabalho na sociabilidade capitalista contemporânea.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização: a era do trabalhador just-in-time?** Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- COSTA, R. G. da. **Apropriação das mulheres no Brasil: uma análise feminista antirracista das consequências materiais do capitalismo dependente**. 2019. (TESE) Centro de Ciências Sociais, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. *Ciências Sociais Hoje*. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru: SP. EDUSC, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2021**. Brasília: IBGE, 2022.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MOURA, Clóvis. **Brasil: as raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.